

Razão e mal-estar em Freud: para uma concepção de sujeito a partir da Psicanálise

*Inacio Antonio Silva Mariz**

RESUMO

O artigo tem como objetivo destacar a importância da crítica psicanalítica à razão moderna, a partir da noção freudiana de mal-estar. Mostraremos como a modernidade funda o sujeito racional e as implicações dessa fundação para a conformação do psiquismo. O mal-estar inerente à racionalidade moderna nos conduz a uma noção de sujeito que será descrito através de três conceitos fundamentais na teoria freudiana, quais sejam: pulsão, inconsciente e desejo. Destacaremos, por fim, a pertinência da psicanálise para pensar uma nova ordem de reconhecimento do sujeito, que considere a importância de experiências produtivas de indeterminação.

Palavras-chave: RAZÃO; PSICANÁLISE; MAL-ESTAR; SUJEITO

Reason and Malaise in Freud: to a Conception of Subject from the Psychoanalysis

ABSTRACT

This article has as its objective emphasize the importance of the psychoanalytic critique to the modern reason based on Freud's knowledge of malaise. We will show how modernity set up the rational subject and the impacts of that set up to the organization of the psychism based on a Freudian reading. The malaise inherent to the modern rationality takes us to an idea of psychoanalytic subject who will be described through three fundamental concepts in Freudian theory, which are: drive, unconscious and desire. We will emphasize at last the pertinence of the psychoanalysis to think a brand new order of recognition of the subject, that consider the importance of productive experiences of indeterminacy.

Keys-word: REASON; PSYCHOANALYSIS; MALAISE; SUBJECT

Razón y Malestar en Freud: para una Concepción de Sujeto a partir del Psicoanálisis

RESUMEN

El artículo tiene como su objetivo subrayar la importancia de la crítica psicoanalítica a la razón moderna, a partir de la noción freudiana del malestar. Les mostraremos como la modernidad crea lo sujeto racional y las implicaciones de esa creación para la formación del psique, a partir de una lectura freudiana. El malestar inherente a la racionalidad moderna nos lleva a una noción del sujeto psicoanalítico que será descrito mediante tres conceptos fundamentales en la teoría freudiana, cuales sean: pulsión, inconsciente y deseo. Destaremos, por fin, la pertinencia de la psicoanálisis para pensar una nueva orden de reconocimiento del sujeto, que considera la importancia de las experiencias productivas de indeterminación.

Palabras clave: RAZÓN; PSICOANÁLISIS; MALESTAR; SUJETO

A modernidade e sujeito racional

O advento da psicanálise representa um marco na constituição da ideia de sujeito na modernidade. O saber racional que funda a sociedade das ideias reconhece e universaliza o sujeito. Esse sujeito universal ou universalizado, ele mesmo uma ideia, transforma-se em

* Mestrado na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Membro do ECLIPsi – Laboratório de Psicanálise, Clínica e Estudos Interculturais. Pesquisador em Psicopatologia e Psicanálise.

E-mail: inaciomariz@hotmail.com

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9962-3034>

objeto privilegiado da razão e da ciência, ao mesmo tempo em que, para a psicanálise, em momento algum, pode ser compreendido como uma noção totalmente definida ou postulada como uma unidade (Mezan, 2005). Dessa forma, a psicanálise, na verdade, opera sobre determinado sujeito. Ela surge com Freud como um método de investigação do psiquismo, ou melhor, do conflito psíquico (Mezan, 2005) que funda a vida civilizada, da qual o sujeito era o seu universal.

Verificamos que o entrelaçamento entre os temas razão, sujeito e psicanálise têm significativo valor na consolidação e na compreensão de mundo que possuímos hoje. É possível situar certos entrecruzamentos das três ideias na modernidade e demonstrar alguns efeitos que uma tem sobre a outra, que acabam contribuindo para o estado de suas proposições com o passar dos tempos. Tendo isso em vista, podemos verificar como a psicanálise nos auxilia, entre outras coisas, para uma crítica da ideia de sujeito até os dias atuais, na medida em que essa ideia é produto de um período da história legitimado por aquilo que se consolidou como expressão da razão, ou seja, como parte de uma determinada racionalidade, sobre a qual a psicanálise a partir de Freud realiza importante crítica.

No que se refere à razão moderna, é possível, mesmo que brevemente, contextualizar uma pequena história a partir da emergência das revoluções científicas no século XVI, quando são formadas as sociedades industriais (Birman, 2017). A era de uma ideia de mundo encantado, representada pela concepção geocêntrica do cosmo, é definitivamente superada por essas revoluções e pelas transformações que se seguem, responsáveis por fazer o homem “se libertar da tutela divina e do aprisionamento teológico” (Birman, 2017, p. 20). Segundo Birman (2017), a nova ordem do mundo estava centrada no registro político, na construção do Estado moderno e do poder absoluto, e comprometida em produzir e reproduzir a vontade humana.

Esse estágio da modernidade enceta uma racionalidade na qual o saber racional e científico é, a um só tempo, um saber sobre o sujeito e um saber que o constitui. Sendo assim, “pela primeira vez na filosofia, o discurso do saber se volta para o agente do saber, permitindo tomá-lo ele próprio, como questão do saber” (Elia, 2000, p. 13). O sujeito torna-se sujeito na medida em que é o objeto sobre o qual se elabora uma série de conhecimentos.

Com a consolidação dos discursos científicos e o advento do capitalismo, uma nova arquitetura do poder é implementada no interior da razão moderna (Foucault, 1984), quando uma ideia de poder centrada no absoluto e no soberano é substituída pela de um poder sobre os corpos: “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” (Foucault, 1984, p. 80). O controle dos corpos passa a ser exercido através da dissolução do poder nas mais íntimas esferas da vida e das relações.

Michel Foucault (1926-1984) é certamente um dos mais importantes pensadores da modernidade. Sua epistemologia histórica discorre sobre o exercício do poder por meio de discursos, tecnologias e técnicas que sustentam e reproduzem certa racionalidade reguladora que cria e controla a vida dos sujeitos na modernidade. Para Foucault (1988, p. 135), “o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão”. A vida do “animal homem” expressa por uma política, na modernidade, se constitui nas várias formas de articulação do poder no interior da linguagem que organiza a vida em grupo, a pólis (Foucault, 1988). Sucintamente, “é o fato de o poder encarregar-se da vida” (Foucault, 1988, p. 135). Nesse sentido, vemos acontecer, na modernidade, uma mudança peculiar do lugar do poder, que em alguns casos, por exemplo, passa da personificação do soberano, para o próprio corpo dos indivíduos:

longe do corpo ter de ser apagado, trata-se de fazê-lo aparecer numa análise em que o biológico e o histórico não constituem sequência, como no evolucionismo dos

antigos sociólogos, mas se liguem de acordo com uma complexidade crescente à medida em que se desenvolvam as tecnologias modernas de poder que tomam por alvo a vida (Foucault, 1988, p. 142).

De certa forma, de acordo com a leitura de Foucault de que as tecnologias modernas visam produzir, reproduzir e manter sob controle a vida, podemos afirmar que existem versões da modernidade, isto é, a era moderna pode ser explicada através de lógicas microfísicas de poder que operam e sustentam saberes sobre a política, a sexualidade, os corpos, a loucura, a razão, etc., e reproduzem uma forma de vida que chamamos de moderna (Foucault, 1984). Assim, o sujeito é um construto no interior dessa racionalidade, e quando falamos em sujeito, falamos também em suas versões: há o sujeito econômico, político, jurídico, sexual... Em outras palavras, há sujeito na medida em que não há o sujeito. Em resumo, para Foucault (1984, p.7):

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar à uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios do objeto, etc., sem ter que se referir à um sujeito.

A tentativa de livrar-se de uma concepção de sujeito pressupõe que o sujeito corresponde a uma invenção moderna. Essa ideia surge, na modernidade, como “potência constituinte do mundo, pelo trabalho incansável da razão e da ciência” (Birman, 2006, p. 20). Até então, não tínhamos uma concepção de sujeito, mas uma relação de servidão dos indivíduos com uma concepção teleológica de mundo. Para Birman (2006, p. 39), “a constituição da modernidade representou o autocentramento do sujeito no eu e na consciência, fundamentado no discurso metafísico com a filosofia de Descartes e com a tradição que a este se seguiu”. E isso não implicou na libertação dos indivíduos, mas tão somente em uma mudança no registro da servidão:

no mundo regulado pela religião e pela teologia, a condição humana estava fundada na onipotência divina que a assujeitava de maneira involuntária, enquanto no mundo do homem empreendedor, centrado na razão e no discurso da ciência, a servidão seria essencialmente voluntária (Birman, 2017, p. 21).

Ainda segundo Birman (2017), na modernidade, a servidão tem uma raiz antropológica firmada na razão e na ciência, o que faz com que a vontade humana se torne a vontade de sujeitar-se a esses dois discursos. É possível afirmar que o pensamento cartesiano, a perpetuação do *Cogito, ergo sum* (Penso, logo sou), marca a lógica de sujeição por excelência da era moderna que associa a racionalidade à verdade do sujeito: antes de qualquer coisa, o sujeito é racional.

Freud e o mal-estar na razão

O esforço para constituir, no entanto, uma sociedade nos termos da razão e da ciência acarretou consequências para a conformação dos indivíduos em sujeitos racionais. É isso que o pensamento de Freud vem demonstrar. O aparecimento da psicanálise significou uma revolução na maneira de compreender o pensamento científico de sua época, assim como revelou-se uma teoria capaz de uma potente crítica à primazia da razão na modernidade. É bastante específica a maneira como a teoria psicanalítica se constitui como um saber:

“precisamos reconhecer que, mesmo que a psicanálise seja algo distinto de um saber, no mínimo ela é também um saber” (Assoun, 1983, p. 15, grifo do autor). Por isso, torna-se também muito específica a forma como a psicanálise se (inter)relaciona com os outros saberes, na medida em que “em nenhum lugar encontra-se mais visível a originalidade freudiana do que na linha imaginária onde ela subverte a linguagem de seu tempo, sem cessar de reconhecê-la como sua” (Assoun, 1983, pp. 15-16, grifos do autor). Tendo isso em vista, as investigações de Freud almejam reconhecimento científico, mas não ecoam o pensamento científico da época.



É pela novidade da relação de Freud com a ciência de sua época que uma noção de sujeito a partir de seu pensamento distingue-se do que pregava o discurso da racionalidade e da racionalidade científica. Não interessava à sua psicanálise incorrer no mesmo risco da filosofia da época e apostar no “sujeito como sinônimo de consciência, indivíduo autocentrado e livre, uma substância permanente, fiadora de um núcleo identitário resistente ao fluir do tempo” (Matteo, 2007, p. 193). Não interessa a Freud pensar uma concepção de sujeito própria. No entanto, é justamente pela singularidade e originalidade, pela pertinência das descobertas e pela maneira com que se inscreve na relação com os outros saberes que “as interpretações freudianas sobre os impasses do sujeito no mundo da civilização constituem, de fato e de direito, comentários críticos sobre a inscrição do sujeito na modernidade” (Birman, 2007, p. 123).

O vigor e a originalidade do pensamento de Freud ficam demonstrados de forma marcante na sua interpretação dos efeitos de repressão, proveniente dos discursos burgueses sobre os indivíduos de sua época, causadores da repressão sexual, ou ainda na revelação de como a resistência dos indivíduos a estes efeitos aponta para algo que não se formaliza, mas que ao mesmo tempo insiste em retornar como um resto ou resíduo, na forma daquilo que Freud nomeou de um mal-estar, condição que surge “devido à incongruência entre as ideias e os atos das pessoas e à diversidade de seus desejos” (Freud, 1930/2011, p. 7). É essa noção central e propriamente freudiana, que direciona a crítica da psicanálise à civilização naquela época, e que nos orientará para uma crítica à razão nos dias de hoje.

Já encontramos uma referência ao mal-estar em Freud em um texto curto, que não apresenta maiores encaminhamentos, datado de 1908. Em “A moral sexual ‘cultural’ e o nervosismo moderno”, Freud (1908/2015) discorre sobre as implicações da moral da época no que concerne à satisfação e à vida sexual dos indivíduos. Neste texto, a crítica de Freud recai especialmente sobre o pensamento corrente que atribuía o sofrimento dos indivíduos à diversidade de normas impostas à vida moderna. A objeção de Freud demonstra que havia algo de irredutível no indivíduo, muito mais preponderante na produção do mal-estar do que a repressão imposta pela sociedade, como é possível conferir nesta passagem: “cada indivíduo renunciou a um quê que possuía, à plenitude do seu poder, às tendências agressivas e vingadoras de sua personalidade; dessas contribuições originou-se o patrimônio cultural comum de bens materiais e ideais” (Freud, 1908/2015, p. 256). A fórmula para Freud é a seguinte: apesar da existência das normas instituídas pela sociedade, “há, para a maioria das pessoas, um limite, além do qual sua constituição não pode acompanhar as exigências da civilização” (Freud, 1908/2015, p. 260). A psique humana, por constituição, seria marcada por uma negação, um sentimento de perda e uma falta fundamental intimamente relacionada à verdade dos indivíduos.

Enquanto nesse texto Freud aponta exclusivamente para a imposição de uma repressão por parte da sociedade, podemos afirmar que seu pensamento desenvolve-se de forma mais madura no trabalho futuro “Totem e tabu”, de 1913, quando ele mostrará como “a renúncia e o ‘mal-estar’ se inscrevem na própria estrutura do sujeito como efeito de culpabilização pelos desejos incestuosos e parricidas” (Matteo, 2007, p. 200). Nesse momento, é possível dizer que Freud já especifica o mal-estar como um produto do recalque do indivíduo diante da repressão social, e não apenas como um efeito externo da repressão. Enquanto a sociedade reprime, o indivíduo recalca, e é essa segunda produção – a do recalque por parte do indivíduo – que passa a interessar a Freud a partir de então.

Assim, é em 1930, no trabalho de grande notoriedade “O mal-estar na civilização”, que Freud é bem mais preciso na crítica que faz ao processo cultural como gerador de um inevitável mal-estar. Para ele, seria impossível para os indivíduos vivenciarem tal processo sem um profundo sentimento de hostilidade à própria civilização. Ainda conforme o autor, “a prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos, na família, no Estado e na sociedade” (Freud, 1930/2011, p. 30) seriam obstáculos para qualquer projeto de felicidade humana, devido à condição de impotência do indivíduo em adequar-se por completo às exigências referentes ao domínio da natureza, já que “nosso organismo, ele mesmo parte dessa natureza, será sempre uma construção transitória, limitada em adequação e desempenho” (Freud, 1930/2011, p. 30), como também pelo fato social de que “as instituições por nós mesmos criadas não trariam bem-estar e proteção para todos” (Freud, 1930/2011, p. 30). Diante disso, a constatação de Freud é categórica: “como fracassamos justamente nessa parte da prevenção do sofrimento, nasce a suspeita de que aí se esconderia um quê de natureza indomável, desta vez da nossa própria constituição psíquica” (Freud, 1930/2011, p. 30). Em suma, nossa realidade psíquica é impossível de ser plena e integralmente culturalizada ou civilizada, a ponto de não deixar restos.

O texto expõe outras considerações importantes. Somando-se a essa frustração do indivíduo diante da incapacidade de exercer o domínio da natureza, assim como de contemplar a todos por meio das instituições erigidas pela sociedade, essa “profunda, duradoura insatisfação com o estado civilizacional existente preparou o solo no qual, em determinadas ocasiões históricas, formou-se uma condenação” (Freud, 1930/2011, p. 31). Então, essas ocasiões históricas, quais sejam: a “depreciação da vida terrena, efetuada pela doutrina cristã [...], o contato com tribos e povos primitivos [...] e o conhecimento do mecanismo das neuroses” (Freud, 1930/2011, p. 31), passam a representar um impasse ou

algo da ordem de um trauma para o psiquismo dos indivíduos em relação à linearidade e ao sentido de sua história. O processo civilizatório, a separação entre natureza e cultura, resultaria numa profunda imposição à subjetividade humana, na medida em que “o homem se torna neurótico porque não pode suportar a medida de privação que a sociedade lhe impõe, em prol de seus ideais culturais” (Freud, 1930/2011, p. 32).

Isso demonstra como, para a psicanálise, o mal-estar na modernidade está relacionado com um antagonismo entre exigências pulsionais e culturais. Nas palavras de Birman (2007, p. 227), “este mal-estar se articula em torno da oposição entre as exigências da força pulsional e suas possibilidades psíquicas de satisfação, estas últimas sendo reguladas pela ordem simbólica”. De antemão, tais formulações nos apontam para duas conclusões bastante significativas: o constante inacabamento do processo civilizatório, assim como a resistência própria do psiquismo em conformar-se na figura de sujeito constituído plenamente pelo discurso da razão.

Essas considerações retiradas de O mal-estar na civilização demonstram duas coisas: primeiro, como as questões de Freud sobre o psiquismo em momento algum se distanciam de uma leitura da sociedade. Muito pelo contrário, estão intimamente comprometidas pela maneira como os valores individuais, os “sistemas individuais de fantasias e crenças” (Safatle, 2015, p. 48), que podemos relacionar à ideia de psiquismo, estão mobilizados na produção da vida social. Podemos interpretar isso da mesma maneira que Safatle (2015, p. 48), quando afirma que “em vez de ver sujeitos como agentes maximizadores de utilidade ou como mera expressão calculadora de deliberações racionais, Freud prefere compreender a forma como indivíduos produzem crenças, desejos e interesses”.

Em segundo lugar, as questões em torno do psiquismo levantadas pela psicanálise representam um deslocamento radical da questão do sujeito no que diz respeito à razão, na medida em que Freud aponta para uma irredutibilidade da subjetividade humana em relação à realidade com a descoberta do inconsciente, e, nesse sentido, apresenta um sujeito dividido, clivado, distinto do cogito cartesiano e não mais ocupante de um lugar privilegiado, “lugar do conhecimento e da verdade” (Garcia-Roza, 2009). Diferentemente da tradição cartesiana, “a psicanálise não vai colocar a questão do sujeito da verdade mas a questão da verdade do sujeito” (Garcia-Roza, 2009, p. 23), e o sujeito, anteriormente identificado com a consciência, a partir de Freud se torna o sujeito do inconsciente em articulação com o sujeito consciente (Garcia-Roza, 2009).

Pulsão, inconsciente e desejo: o sujeito sob o ponto de vista da psicanálise

Sob o ponto de vista da psicanálise, como clivado e dividido, o que vem a ser o sujeito ultrapassa os termos nominalistas de sua época. Nomear torna-se apenas a forma de reiterar a norma. Nomear, porém, é importante para inscrever o sujeito coerente e historicamente na temporalidade de suas experiências. Mas, a nomeação do sujeito, ou seja, dizer quem ou o que ele é, não só não elimina como aprofunda o mal-estar. Nesse sentido, nas palavras de Birman (2014):

Foi a condição e o estatuto específicos do sujeito na modernidade que Freud procurou destacar, delineando o campo do mal-estar como seu correlato. Isso porque o sujeito foi esboçado como necessariamente histórico, não obstante a sua condição pulsional de base. Seriam os destinos psíquicos das pulsões, delineados na relação destas com os outros e com os dispositivos sociais, que constituiriam tanto o sujeito quanto o mal-estar correlato (p. 56, grifos do autor).

Sendo o sujeito psicanalítico dividido e clivado, o reconhecimento de um determinado estatuto de sujeito da modernidade pela psicanálise se dá pela maneira como ela opera com ele. De certa forma, é possível dizer que o problema do sujeito em psicanálise se apresenta de outra forma, ou ainda, ele é alcançado por outros meios, na medida em que uma condição pulsional está sobreposta à condição histórica. Assim, ambas as condições precisam ser operadas de forma indissociável. Acontece que o campo pulsional não atende à experiência conformativa da nomeação. O que está em jogo na leitura freudiana é “o conflito no sujeito entre os registros da pulsão e da civilização” (Birman, 2007, p. 128). Nesse caso, o sujeito freudiano é o sujeito pulsional mediante o sujeito histórico da civilização. Daí a força da assertiva, para a crítica social de todo o século XX, de que “toda cultura deve necessariamente edificar-se sobre a repressão e a renúncia pulsional” (Safatle, 2006, p. 118).

A pulsão tem a ver com “um modo particular do corpo se articular com a linguagem (ou com os objetos constituídos a partir desta)” (Garcia-Roza, 1986, p. 62), e, nesse sentido, o corpo pulsional não é o mesmo corpo do discurso biológico. Essa diferença compreende a relação do corpo pulsional com os objetos do mundo. Esse modo de articulação entre o corpo e o mundo dos objetos, na pulsão, se constitui incondicionalmente a partir de uma repetição. Não como uma experiência de reminiscência, mas como sendo “produtora de diferenças”, algo que implica o acaso e o puro devir, na medida em que a repetição busca realizar algo do sujeito que se refere à sua pré-história (Garcia-Roza, 1986), na atualização de suas relações.

Podemos pensar com a pulsão que os corpos também têm e transmitem histórias próprias. Carregam, anteriormente à própria história que a imersão na linguagem lhes designa a partir de uma narrativa de sujeitos/sujeições, o desejo de realizar a sua própria pré-história, o que revela uma visão de história que tende ao inorgânico (Garcia-Roza, 1986), e, por que não dizer, ao inumano ou ao pré-sujeito. Mas, isso não pode ser interpretado como uma visão naturalista fatalista que esvazia o sentido da pulsão para pensar categorias como a de sujeito. O gesto epistemológico e político de Freud de privilegiar a pulsão como um conceito fundamental para a inteligibilidade da própria clínica (Iannini, 2013) pode ser interpretado também como uma atitude que valoriza o caráter indeterminado das pulsões para além da própria clínica, na medida em que é sobre o sujeito tal como ele é dado pelo discurso da racionalidade que a experiência clínica opera, porém sem reiterar tal discurso ou ideia.

Logo, o vínculo entre as variáveis dos objetos, as múltiplas fontes de excitação do mundo real e o caráter indeterminado das pulsões significa que a história dessas pulsões se estende para a história dos sujeitos na forma como a força criativa da contingência e do acaso também influencia a constituição da fantasia. O que é contingente e casual, nesse caso, não deixa de ser constituinte do sujeito. A relação entre as histórias das pulsões/dos corpos e as histórias dos sujeitos pode ser delineada quando consideramos que “apenas a história contingente da vida de um sujeito, seus encontros e desencontros, é capaz de determinar os destinos da satisfação pulsional” (Iannini, 2013, p. 120). É nesse sentido que a pulsão não pode ser interpretada como um equivalente natural do instinto ou como uma ideia de corpo natural ou naturalizado.

A partir da pulsão, podemos pensar a importância da categoria corpo para a nossa inscrição como sujeitos no mundo. As pulsões são marcadas pela contingência e têm como fonte o corporal, sendo, assim, anteriores à ordem e à lei que fundam os discursos sobre o sujeito. Nesse caso, é preciso diferenciar o corpo como fonte da pulsão, anterior à lei, e o corpo como elemento do discurso. Há um corpo biológico como o conhecemos pelo discurso das ciências que é elemento do próprio discurso científico que o funda (Garcia-Roza, 1986). Já a pulsão é irreduzível ao biológico. Diferente de um corpo que é dado por meio de um discurso da biologia, o corpo pulsional “não deve ser entendido aqui como sendo, desde o início, uma totalidade estruturada formada por partes, mas como um conjunto aditivo de elementos que funcionam em termos do diferencial prazer-desprazer, sem nenhum princípio

unificador a priori” (Garcia-Roza, 1986, p. 63, grifo do autor). Pelo ponto de vista da pulsão, os corpos são constituídos por processos, e são as experiências entre os corpos e os seus objetos de desejo (entre eles os objetos do mundo real) que vão produzindo corporeidade. Segundo Garcia-Roza (1986, p. 63),

A pulsão diz respeito aos encontros desse corpo com o mundo ou, mais especificamente, aos seus encontros com objetos que também não se apresentam como formando parte de uma totalidade organizada (que seria o mundo). A pulsão não deve ser entendida, portanto, como uma propriedade do corpo, mas como algo que diz respeito ao modo desse corpo se articular com os objetos.

Pensar o sujeito a partir de uma leitura não biológica da constituição dos corpos é importante, inclusive por apostar na irredutibilidade anterior à conformação dos sujeitos às formas de sociabilidade impostas pela racionalidade. Para além disso, é possível afirmar que a pulsão representa uma força criativa para o estabelecimento da fantasia dos indivíduos. Sendo esse “conceito fronteiro entre o anímico e o somático” (Freud, 1915/2013, p. 25), a pulsão torna possível atribuir ao corpo uma parcela de independência ao jogo predicativo que o determina no interior de uma narrativa sobre o sujeito, pois reflete um conflito estrutural que

não se dá exatamente entre indivíduo e ordem social. Na verdade, ele é interno ao indivíduo, ocorre entre ele e o que, nele mesmo, não se conforma à forma de indivíduo. Por não poder se constituir como instância unitária, o indivíduo acabará por projetar seu conflito interno, transformando-o em diferença externa entre si mesmo e a ordem social. (Safatle, 2015, p. 316)

A pulsão pode ser relacionada à causalidade desse conflito interno, na medida em que “opera numa certa zona de indeterminação, de indistinção entre corpo e aparelho psíquico” (Iannini, 2013, p. 96), manifestando-se, dessa forma, pelos representantes psíquicos, quais sejam as próprias ideações, “se o instinto não se prendesse à uma ideia ou não aparecesse como um estado afetivo, nada poderíamos saber sobre ele” (Freud, 1915/2010, p. 86). Decorre disso que a relação entre pulsão e civilização é de um conflito de ordem estrutural. Se inicialmente Freud falava em cura, motivado por uma investigação que buscava sanar tal conflito, posteriormente seu manejo admite uma certa “gestão interminável e infinita do conflito pelo sujeito, de forma tal que este não poderia jamais se deslocar de sua posição originária de desamparo” (Birman, 2007, p. 129, grifo do autor).

A condição de desamparo estaria na anterioridade dos discursos e apontaria para a “ausência de resposta adequada às excitações pulsionais internas” (Safatle, 2015, p. 69). Assim, a situação de desamparo é para Freud uma situação em que “a indeterminação provocada pela inadequação entre avaliação de nossa força e a grandeza da situação própria ao desamparo remete necessariamente ao excesso de força pulsional, em especial ao excesso representado pela excitação pulsional” (Safatle, 2015, p. 71). Isso mostra como a irredutibilidade da pulsão por um lado e os contratos da civilização por outro não colocam o sujeito em um conflito insuperável, mas em um conflito constituinte, no qual só é possível avançar a partir de uma certa ideia de descontinuidade entre o próprio sujeito e a razão.

Tanto o fato de a pulsão só ser possível de ser referenciada como um representante ideativo (Freud, 1915/2010) como a ideia de descontinuidade, a qual nos remete ao desamparo, correspondem a outra noção central em psicanálise para entender o descentramento do sujeito em relação à razão. É a ideia de inconsciente. Se a pulsão nos auxilia a pensar o sujeito a partir da ideia de corpo, o inconsciente é outra noção que possibilita pensar o sujeito, mas agora no campo do desejo e da fantasia inconscientes. A

noção de inconsciente é central no arcabouço teórico freudiano. Ela rompe com a ideia de subjetividade monolítica, e, nesse sentido, só é admissível pensar o sujeito como um efeito do inconsciente.

Ao inconsciente pode ser atribuído a emergência de “fenômenos lacunares” (Garcia-Roza, 2010) descontínuos com o discurso consciente, que produzem um sentimento de ultrapassagem em que “o sujeito sente-se como que atropelado por outro sujeito que ele desconhece” (Garcia-Roza, 2010, p. 171). A ideia de descontinuidade se relaciona diretamente com o inconsciente quando verificamos “com frequência atos psíquicos que pressupõem, para sua explicação, outros atos, de que a consciência não dá testemunho” (Freud, 1915/2010, p. 76). Mas, a hipótese do inconsciente como fator de descontinuidade não pode ser justificada de maneira tão simplista.

Para Freud, o conhecimento que alcançamos através do estado de consciência é resultado tão somente da nossa relação com o outro, ou ainda, da percepção que temos de um outro ser humano que faz com que tenhamos uma consciência adquirida “per analogiam, com base nas manifestações e nos atos que percebemos desse outro, para nos tornar compreensível o seu comportamento” (Freud, 1915/2010, p. 79, grifo do autor). Isso nos leva, entre outras coisas, a “dizer que todos os atos e manifestações que em mim percebo, e que não sei ligar ao restante da minha vida psíquica, têm de ser julgados como se pertencessem à uma outra pessoa” (Freud, 1915/2010, p. 79). O inconsciente, dessa forma, é uma noção imprescindível para um questionamento em torno da maneira como nos identificamos, na medida em que diferencia-se de um regime não só de autocentramento do sujeito como também de um regime de centramento do outro em relação ao sujeito e à posição de sua narrativa no interior da racionalidade.

Tendo isso em conta, a descoberta do inconsciente é certamente o mais importante passo na destituição da razão como lugar de verdade do sujeito, pois mais do que apontar para a divisão do sistema psíquico, “o que o discurso freudiano enunciou foi a possibilidade efetiva de produção de descontinuidade, provocando inflexões cruciais no registro da continuidade” (Birman, 2014, p. 47, grifos do autor). O sujeito do inconsciente, produto dessa descontinuidade, é aquele que se revela, ou melhor, que revela algo de sua verdade por meio dos efeitos expressos por sonhos, atos falhos, chistes e sintomas, o que Lacan (1999) chamou de formações do inconsciente.

A especificidade do inconsciente é que ele tem um saber e um sistema de interpretação que lhe são próprios. Freud promove a distinção do inconsciente como aquilo que é o contrário da consciência, perspectiva criada pelo pensamento positivo moderno. Muitas vezes, anterior e posteriormente, associado “com o caos, o mistério, o inefável, o ilógico” (Garcia-Roza, 2009, p. 170), o inconsciente é apresentado por Freud como um sistema psíquico, irreduzível a qualquer “psicologia profunda”, mas nem por isso ininteligível, até porque para Freud “não há nada de arbitrário nos acontecimentos psíquicos, todos eles são determinados” (Garcia-Roza, 2009, p. 170).

Como uma noção relacionada à incognoscibilidade, o inconsciente possui uma estrutura específica que reitera o caráter da excepcionalidade do pensamento freudiano. Como algo que não está relacionado à ausência de determinação, é possível “desvendar” o inconsciente, até mesmo para compreender sua importância para a psicanálise. A teoria dos sonhos e o método de associação livre na experiência clínica são meios excelentes para essa tarefa de análise.

O método psicanalítico de Freud não só preserva, como aposta naquilo da ordem de uma satisfação pulsional, que acarreta em um confronto com as regras da vida social. Preservar o que é da ordem de uma indeterminação quer dizer, ao mesmo tempo, que o método freudiano não recorre ao programa de centramento do Eu e soberania da consciência que mobilizava o pensamento clínico da época. Descentrado do Eu, o inconsciente freudiano

revelaria o que no sujeito estaria relacionado ao indeterminado que corresponde o desejo. Nas palavras de Kehl (2002, p. 119), o inconsciente “é um modo de funcionamento que se mantém em atividade pela insistência repetitiva do desejo”. Entender o inconsciente como a dinâmica de realização do desejo nada mais é que apontar o desejo como o meio pelo qual o sujeito barrado da psicanálise busca, por meio da repetição, produzir significados para o que venha a ser o saber inconsciente.

A maneira como o tema do inconsciente passa a ser retomado ao longo do tempo tem relação direta com a questão do desejo. O desejo inconsciente seria o impulso para a construção da fantasia, e, com isso, “os registros da razão e do entendimento tiveram que abrir uma fenda, no campo da sua hegemonia cognitiva sobre o sujeito, delineando uma dobra para o reconhecimento de outros mundos possíveis, regulados agora pelo que Freud denominou de desejo” (Birman, 2014, p. 14, grifos do autor).

Nos anos que se seguem à descoberta do inconsciente, Jacques Lacan acompanha a tese freudiana de definir “o desejo inconsciente como significado de tudo que se enuncia pela fala do sujeito e por todas as suas formações do inconsciente” (Soler, 2012, p. 76). Para Freud, o inconsciente é o sentido do desejo ao mesmo tempo em que é uma representação na ordem Simbólica (Soler, 2012). Assim, o que diz respeito à verdade do sujeito se manifestaria por algo incomensurável, que é da ordem do seu desejo. Para Lacan (1968-1969), a verdade se refere ao próprio desejo de saber do sujeito, que ele enuncia pela fala.

O campo pulsional e o psiquismo, na figura primordial do inconsciente, estão imbricados. Pulsão e inconsciente são marcas da clivagem na subjetividade que fazem os sujeitos situarem-se tanto “em uma vida de cercamentos determinados (construções culturais, leis, formas sociais e condomínios) quanto na experiência do aberto indeterminado” (Dunker, 2015, p. 136), condição que, à sua época, Freud nomeou de mal-estar. Pulsão e inconsciente são invenções fundamentais que instauram toda uma forma de pensar de Freud no campo de uma indeterminação fundamental quanto à consciência (Birman, 2007; Garcia-Roza, 1986, 2009). A teoria de Freud constituída às voltas com a indeterminação resultante do conflito psíquico revela o problema da afirmação dos racionalistas de que “a verdade habita a consciência” (Garcia-Roza, 2009). No interior da linguagem, a psicanálise como saber ocupa um lugar próprio por ter uma gramática própria, que, entre outras coisas, pressupõe o sujeito como uma hipótese (Dunker, 2015).

A leitura freudiana para pensar outro regime de reconhecimento possível para o sujeito

O diagnóstico da época que sustenta o arcabouço teórico sobre o qual Freud erige seu pensamento revela a modernidade como um período da razão com “tendência à generalização de situações de anomia e indeterminação em razão da consciência da impossibilidade de garantir a substancialidade de formas tradicionais de vida” (Safatle, 2008, p. 17), o que, de certa forma, reflete o esgotamento de padrões normativos. Segundo Safatle (2008, p. 114), uma leitura sociológica de Freud oferece uma “descrição da dinâmica conflitual dos processos de socialização do desejo no interior de esferas de interação, como a família, as instituições sociais, os aparatos midiáticos de massa e o Estado”. Em outras palavras, mesmo que aparente e discursivamente sustentada em campos de forças e relações de poder, a fundação de normas está relacionada diretamente a processos de socialização do desejo (Safatle, 2015).

A escolha por apontar para a importância da psicanálise em um debate sobre a razão e, conseqüentemente, sobre o sujeito, descrevendo a centralidade da pulsão e do inconsciente no pensamento freudiano, se dá exatamente para tentar demonstrar “como a racionalidade dos vínculos sociais em geral e dos papéis econômicos em particular depende fundamentalmente da disposição dos sujeitos em adotar certos tipos de condutas” (Safatle, 2008, p. 114). Assim, o esgotamento das normas que sustentam as relações sociais pode ser entendido como a

impossibilidade de tanto a dinâmica pulsional quanto o desejo inconsciente reduzirem-se a uma lógica econômica de trocas em que realidade psíquica e realidade social possam se complementar como um todo com sentido unívoco. No entanto,

Não se trata nesses casos de incorrer em alguma espécie de déficit sociológico, mas insistir que nenhuma perspectiva sociológica pode abrir mão de compreender a maneira como os sujeitos investem libidinalmente em vínculos sociais, mobilizando com isso representações imaginárias e expectativas de satisfação que muitas vezes acabam por inverter o sentido de determinações normativas que visam racionalizar tais vínculos (Safatle, 2008, p. 114).

Podemos afirmar que a definição do sujeito no âmbito da cultura jamais pode ser descrita totalmente nos termos da linguagem. Dessa forma, uma episteme como a de Freud orienta-nos a pensar resíduos, furos e efeitos nos regimes de identificação que resistem a uma lógica de assujeitamento reproduzida pela racionalidade. Assim, a indeterminação do sujeito em Freud, demonstrada em vários momentos e conceitos de sua teoria, pode servir de contraponto para pensar os impasses de formalização e as experiências de indeterminação (Dunker, 2015) em torno do sujeito, quando encarado como um dado positivo ou um ordenador autônomo das trocas econômicas que organizam as relações sociais, por meio de uma visão totalizante da subjetividade.

Esse contraponto entre a indeterminação e a subjetividade contribui com uma crítica à razão moderna quando pensamos o sujeito como um efeito de determinada economia – pulsional, libidinal, do gozo, etc. As reflexões em torno das noções de pulsão e inconsciente, por exemplo, demonstram como, para Freud, a cultura age sobre o organismo e o psiquismo, mas não contorna de maneira satisfatória a incapacidade de apreender em seus termos as exigências pulsionais e inconscientes que se dão na ordem de uma irredutibilidade do psiquismo e da pulsão à formalização do sujeito. Irredutibilidade comprovada quando analisamos a constituição do psiquismo sob o ponto de vista econômico das trocas simbólicas que constitui as relações, isto é, a partir dos efeitos que a fundação de regras e os discursos em torno da institucionalidade causam nos sujeitos. Para Freud (1930/2011, p. 42):

A evolução cultural nos surge como um processo peculiar que se desenrola na humanidade, no qual muita coisa quer nos parecer familiar. Podemos caracterizar estes processos pelas mudanças que ele efetua nas conhecidas disposições instintuais humanas, cuja satisfação é, afinal, a tarefa econômica de nossa vida.

A evolução cultural não altera o que Freud (1930/2011, p. 20) constata: o fato de que, “como se vê, é simplesmente o programa do princípio do prazer que estabelece a finalidade da vida”. Programa e finalidade em que pulsão, inconsciente e desejo mantêm relação com o indizível, ao mesmo tempo em que podem ser relacionados com a verdade dos sujeitos. A partir de Freud, podemos afirmar que os processos de socialização estão relacionados a uma economia libidinal inerente aos corpos, que é assimilada pela sociedade de consumo por meio das trocas, que demandam uma falsa satisfação na forma da mercadoria (Safatle, 2015), como também revelam os efeitos da realidade sobre a economia psíquica que criam a fantasia que torna possível essa assimilação.

O problema apontado pela psicanálise com o advento do capitalismo é que este sistema avança na modernidade pressupondo poder integrar toda a economia libidinal dos sujeitos aos objetos de consumo, determinados como objetos de desejo. O capitalismo, para Safatle (2008, p. 142), “consistiria em ser uma economia libidinal que tende a aproximar-se do caráter polimórfico (ou melhor, amórfico) dos processos pulsionais primários descritos por

Freud”. Essa forma do capitalismo se aprofunda com a racionalidade neoliberal, que determina uma integração dos sujeitos a seu funcionamento, na medida em que “essa aproximação com a dinâmica pulsional freudiana visava instaurar um horizonte de ‘reconciliação’ entre estrutura social e aspirações subjetivas patrocinado pelas promessas de gozo do último estágio do capitalismo avançado” (Safatle, 2008, p. 143).

Por isso, agora mais do que nunca, a pertinência de pensar o sujeito a partir da psicanálise, como um sujeito dividido desde o inconsciente (Dunker, 2015), irreconciliável com as falsas promessas de satisfação. A perspectiva psicanalítica de sujeito demonstra como “a origem do sofrimento social na modernidade remonta ao fato de que as formas de reconhecimento institucionais são sempre finitas e determinadas, enquanto o sujeito comporta uma dimensão infinita e indeterminada” (Dunker, 2015, p. 216). Em suma,

um sujeito, para além da redução egológica ao indivíduo, da analítica da finitude, da limitação antropológica, das instituições disciplinares, pode ser, então, redefinido como um sujeito capaz tanto de experiências produtivas de indeterminação quanto de experiências produtivas de determinação (Dunker, 2015, p. 216).

Uma experiência produtiva de indeterminação é capaz de fazer “poder pensar o sujeito como realização do inumano” (Dunker, 2015, p. 217), na medida em que essa experiência tem relação com algo que não é possível nomear, e “pode ser suficientemente forte para criar uma nova ordem de reconhecimento” (Dunker, 2015, p. 217). Reconhecer o que no sujeito é da ordem de uma indeterminação, da ordem daquilo que não pode ser nomeado, é reconhecer o sujeito pulsional e do inconsciente, que se enuncia através da manifestação do seu desejo, pressuposto fundamental que anima o programa psicanalítico desde a sua invenção por Freud há mais de cem anos.

Referências

- Assoun, P-L. (1983). Introdução à epistemologia freudiana. (1ª edição). Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Birman, J. (2007). O mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. (11ª edição) Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2014). O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade. (2ª edição). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2017). Arquivos do mal-estar e da resistência. (2ª edição) Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Dunker, C. (2015). Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. (1ª edição). São Paulo: Editora Boitempo.
- Elia, L. (2010). O conceito de sujeito. (3ª edição). Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Foucault, M. (1984). Microfísica do poder. (4ª edição). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1988). História da sexualidade I: a vontade de saber. (13ª edição). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freud, S. (2010). O inconsciente. In Obras completas. (Vol. 12, pp. 74-112). São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1915).
- Freud, S. (2011). O mal-estar na civilização. (1ª edição). São Paulo: Editora Penguin Classics Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1930).

Freud, S. (2013). *As pulsões e seus destinos*. Belo Horizonte. Editora Autêntica. (Originalmente publicado em 1915)

Freud, S. (2015). A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In *Obras completas*. (Vol. 8, pp. 251-271). São Paulo: Editora Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1908).

Garcia-Roza, L. A. (1986). *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. (4ª edição). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

Garcia-Roza, L. A. (2009). *Freud e o inconsciente*. (23ª edição). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

Iannini, G. (2013). Epistemologia da pulsão: fantasia, ciência e mito. In: *As pulsões e seus destinos*. (1ª edição, pp. 91-129). Belo Horizonte: Editora Autêntica.

Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. (1ª edição). São Paulo: Companhia das Letras

Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In *Escritos*. (1ª edição, pp. 238-324). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1966).

Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo. In *Escritos*. (1ª edição, pp. 807-842). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1966).

Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. (1ª edição) Rio de Janeiro: Editora Zahar. (Obra original publicada em 1957-1958).

Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. (1ª edição). Rio de Janeiro: Editora Zahar. (Obra original publicada em 1968-1969).

Matteo, V. (2007). Subjetividade e cultura em Freud: ressonâncias do ‘mal-estar’ contemporâneo. In *Revista Discurso*, nº36, 190-213. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2007.38077>

Mezan, R. (2005). *Freud, pensador da cultura*. (1ª edição). São Paulo: Companhia das Letras.

Safatle, V. (2008). *Cinismo e falência da crítica*. (1ª edição). São Paulo: Editora Boitempo.

Safatle, V. (2015). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. (1ª edição). São Paulo: Editora Cosac Naify.

Soler, C. (2012). *Lacan: o inconsciente reinventado*. (1ª edição). Rio de Janeiro: Editora Companhia de Freud.

Citação/Citation: Mariz, I. A. S. (2024). *Razão e mal-estar em Freud: para uma concepção de sujeito a partir da Psicanálise*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares (Ano XVI, no. 1.)*, pp. 54-66.

Recebido em: 05/04/2021
Aprovado em: 24/10/2022